



Boletim de **Legislação**



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 288 – Setembro/2013

Período de: 12/10/2013 a 18/10/2013

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75	DOU; 16/10/2013	Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	Em. Const. 75 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 8.123	DOU; 16/10/2013	Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, no que se refere à aposentadoria especial.	Dec. 8.123 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 8.124	DOU; 18/10/2013	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.	Dec. 8.124 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 186	DJE/CNJ; 18/10/2013	Institui o Selo Justiça em Números e estabelece seu regulamento.	Port. 186 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 187	DJE/CNJ; 18/10/2013	Altera o art. 2º da Portaria nº 70 de 30 de abril de 2013, que Cria o Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde.	Port. 187 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 181	DJE/CNJ; 18/10/2013	Altera a redação do § 1º do art. 2º da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, que disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro.	Res. 181 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 182	DJE/CNJ; 18/10/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	Res. 182 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 46.336	Minas Gerais; 17/10/2013	Dispõe sobre a autorização para o corte ou a supressão de vegetação no período e hipóteses que menciona.	Dec. 46.336 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.922	Minas Gerais; 17/10/2013	Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.	Lei 20.922 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.925	DJE; 15/10/2013	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Betim.	Port. 2.925 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.926	DJE; 18/10/2013	Nomeia os servidores integrantes da Comissão Examinadora dos Processos Classificatórios de Promoção Vertical dos servidores de Primeira e Segunda Instâncias relativo ao ano de 2013.	Port. 2.926 (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 313	DJE; 17/10/2013	Cria o Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (NAPI), no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 313 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 314	DJE; 17/10/2013	Dispõe sobre a comemoração do “Dia do Funcionário Público” no ano de 2013.	Port. Conj. 314 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 740	DJE; 14/10/2013 (Republicação)	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a Lei federal nº 11.419, de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.	Res. 740 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 49	DJE; 16/10/2013	Avisa que se encontra disponível na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, a partir da publicação deste, o arquivo próprio do SISCOM – Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas - contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de outubro de 2012 a setembro de 2013.	<p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 2	DJE; 14/10/2013	Contém instruções para o preenchimento de Certidão de Arbitramento de Honorários Advocatícios disponibilizada no Siscom Windows.	
PORTARIA Nº 2.912	DJE; 14/10/2013	Designa o Dr. Adalberto Cabral da Cunha, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Mateus Leme, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.918	DJE; 14/10/2013	Designar o Dr. Stefano Renato Raymundo, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, para exercer as funções de Diretor	

		do Foro da Comarca de Frutal.	
PORTARIA Nº 2.921	DJE; 18/10/2013	Designa a Dr ^a Christiane de Almeida Alvim, Juíza de Direito da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Frutal, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.922	DJE; 18/10/2013	Designa a Dr ^a Patrícia Vialli Nicolini, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, para exercer as funções de Diretora do Foro da Comarca de Cambuí.	
PROVIMENTO Nº 257	DJE; 14/10/2013	Altera a redação do <i>caput</i> e dos §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º e 5º ao art. 108 do Provimento nº 161/CGJ/2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 27	DJE; 18/10/2013	Regulamenta o recolhimento e a destinação dos valores oriundos de prestações pecuniárias objeto de transações penais e sentenças condenatórias, em consonância com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	
RECOMENDAÇÃO Nº 17	DJE; 14/10/2012	Recomenda a todos os magistrados do Estado de Minas Gerais, para fins de arbitramento judicial de honorários aos Advogados Dativos, que observem a tabela vigente de honorários específica de Advogados Dativos, elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG) e disponível no Portal do TJMG, em Conheça o TJMG > Estrutura Organizacional > Corregedoria > Advogados Dativos.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.